

PRÁTICA NA INCLUSÃO SOCIAL - FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

Valéria Maria Sampaio Mello (UFC/UECE)
Déborah Márcia de Sá Barbosa (UECE)

GT 12 – Educação e Políticas de Inclusão Social

Introdução

A nova administração da Universidade Estadual do Ceará (UECE), através da Vice-Reitoria e Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Ação Comunitária está desenvolvendo e apoiando projetos que tenham impacto na melhoria das condições sócio-culturais das comunidades próximas ao campus, tentando, através de ações, facilitar o acesso às atividades desenvolvidas pelo corpo discente da universidade.

A UECE, outrossim, expande essas ações para algumas cidades do interior do Estado, incentivando projetos na área sócio-cultural, objetivando uma política social a fim de que tais ações, produzam mudanças significativas na região.

Os cursos e oficinas servirão de campo para estágio dos alunos ueceanos nas áreas de Letras, Geografia (meio-ambiente), Nutrição, História, Enfermagem, Música dentre outras.

O objetivo do programa tanto na zona urbana quanto na zona rural, é de caráter participativo, envolvendo as categorias docentes, discentes e representantes das comunidades, visando desenvolver níveis de inclusão social da população de favelas a partir de atividades integradas e da participação da comunidade.

Língua Portuguesa

Houve uma época em que os professores de Língua Portuguesa se encontravam desestimulados e sem auto-estima profissional, alguns sem compromisso com a educação e outros, fortemente presos ao ensino tradicional, sem abertura a inovações ou mudanças. Os profissionais eram capacitados pelo estado, mas de forma rápida e superficial que reduzia-se ao estudo de uma gramática descontextualizada, não alcançando os objetivos que uma compreensão mais relevante da linguagem poderia suscitar. Por esse motivo, os cursos acabavam por, tão-somente, ilustrar o sistema em si, não possibilitando ao professor articular e traduzir os novos saberes em novas práticas pedagógicas (o aprender a fazer). Eles não eram motivados a refletir para construir sua prática, mas a utilizarem-se de métodos e técnicas prontas. A preocupação era somente copiar novas práticas. Como, para que e por que fazer parecia não ter muita importância.

Os orientadores de aprendizagem, como os professores eram chamados no telensino, eram obrigados a ensinar todas as disciplinas de todas as áreas, independente de estarem preparados ou não para isso. A consequência disso foi o acréscimo nada animador do insucesso escolar que se manifesta, de forma crescente e de diversas maneiras.

Logo de início, observa-se os alunos, cada vez mais, descobrindo que não sabem português e que o português é uma língua muito difícil. Além disso, o quadro de evasão escolar e o aumento de alunos analfabetos funcionais saídos das escolas públicas continua aumentando. Segundo Antunes (2003, p.20) é por não saberem ler que os alunos deixam a escola, com a certeza de que são incapazes. É por não conseguirem dominar a palavra que se sentem inferiores, pois não conseguem participar ativamente do que está a sua volta e nem tampouco falar pelos seus direitos. As outras disciplinas tornam-se mais difíceis sem a compreensão da língua materna, porque ela é o referencial para o aprendizado

de todas as outras. E pela falta desses conhecimentos, eles são colocados à margem das decisões de construção da sociedade. Afinal, como o aluno poderá descobrir outro mundo, sem antes conhecer e entender primeiro sua língua e o espaço onde ele se encontra?

Refletir sobre o que caracteriza um bom professor de língua Portuguesa faz-se necessário numa sociedade em que se exige, a todo instante, o uso interativo da língua, seja ela falada ou escrita. Quem não souber se utilizar dos recursos de comunicação que a língua possui, poderá ser ainda mais excluídos, e estar cada vez menos preparado para enfrentar o mercado de trabalho, a cada dia vez mais especializado. É necessário que se desenvolva em cada professor de língua portuguesa a capacidade de investigar a própria atividade para, com base nela, construir e transformar seus saberes-fazer docentes, num processo contínuo de construção de suas identidades como professores. É no confronto e na reflexão sobre as experiências e os saberes pedagógicos, e com base neles, que os professores criam novas práticas.

Pimenta (1999), afirma que o professor desse mundo contemporâneo não há de ser um simples técnico, repassador de conhecimentos, mas um mediador que intervém, diretamente, na formação da cidadania dos alunos. Convém ressaltar que o papel político e social do professor é posto em questão. A sua prática é pedagógica e essencialmente política, porém, jamais neutra. Assim, o que o educador decide fazer com o saber é extremamente relevante para que sua ação seja qualificada de competente. Poderíamos dizer que, nessa medida, o saber e o saber fazer ganham uma espécie de caráter instrumental. Se o professor pensa que sua tarefa é ensinar o ABC e ignora a pessoa de seus estudantes e a condição em que vivem, obviamente não vai aprender a pensar politicamente ou talvez vá agir politicamente em termos conservadores, prendendo a sociedade a laços do passado, ao subterrâneo da cultura e da economia.

Essa consciência do "para que saber e para que fazer", atualmente, em virtude de se trabalhar com crianças, no Fundamental I, de um mundo onde as informações chegam rapidamente através dos computadores e as descobertas avançam a cada segundo, o fazer está mais perto do aluno e por isso não pode estar distante do professor, porque é ele o mediador entre o conhecimento e o que fazer com o mesmo.

O grande avanço tecnológico decorrente de uma política de concepção neoliberalista, questiona o que seria ser um bom professor. Isso tornou-se um ponto comum nas escolas, cursos de Graduação e Pós-graduação. É bem verdade, que devemos observar que ser um bom professor, muitas vezes, requer um malabarismo que apenas alguns conseguem ter. É preciso que o professor tenha consciência de melhoria profissional e esteja aberto às mudanças, dada a urgência na qualidade da educação. "Se o professor pensar em mudança, tem que pensar politicamente. Não basta que disponha de uma pitada de Sociologia, outra de Psicologia, ou de Biologia Educacional, muitas de Didática, para que se torne agente de mudança" (Fernandes, 1986, p.27). Toda essa teoria em nada lhes servirá se ele não desafiar a si próprio na reconstrução de seus conhecimentos. O pensamento de Sacristán *apud* Pimenta (2002, p.86) comenta o seguinte: "damos conhecimentos, mas na educamos os motivos. Para se educar é preciso que se tenha um motivo, um projeto, uma ideologia. Isso não é ciência, isso é vontade, é querer fazer, querer transformar. Os motivos, as motivações dos professores têm sido um capítulo ausente da formação de professores e da investigação sobre a formação de professores". Como foi comentado anteriormente as capacitações realizadas pelos órgãos governamentais sobrecarregam os professores de informações, porém, ao término dos cursos eles não sabem como e o que fazer com os conteúdos apresentados e por isso continuam ensinando como sempre ensinaram, embora se propaguem como inovadores.

As inovações curriculares, as interdisciplinaridades, sala ambiente, ciclo de aprendizagem, requerem novas exigências de atuação profissional dos professores e conseqüentemente, outros desafios, novos saberes pedagógicos, que nem sempre tiveram lugar em sua formação, para que ele possa estimular o desenvolvimento pessoal, social e político de seu aluno. Diante disso, a formação dos professores das séries do Fundamental I deve ser repensada constantemente, pois ensinar/aprender tem como ponto de partida suas próprias experiências sua identidade profissional, sua formação e seus conhecimentos. É importante conhecer em que mundo cultural vive o professor para poder entender como atua e por que atua, e como queremos que atue. Ao nos colocarmos nesse posicionamento, com certeza poderemos questionar qual professor de português é necessário para os alunos do ensino fundamental I, das escolas públicas, na época em que vivemos.

Como professora orientadora de estágio supervisionado observa-se que as crianças continuam a receber somente ensinamentos formais, ou seja, conteúdos gramaticais totalmente descontextualizados. O ensino de leitura e escrita é falho e a oralidade não é trabalhada. Imaginemos então que mundo é a escola para essas crianças. Com certeza, um mundo muito distante delas. Não quero dizer com isso que o ensino da gramática terá que desaparecer das escolas públicas porque essas crianças não são capazes de aprender. Dizer isso seria não permitir a elas a chance de se tornarem cidadãos. O que quero mostrar é que é possível fazer o aluno aprender trilhando por caminhos mais simples, que estão mais próximos de suas capacidades cognitivas. É uma etapa que os levará a desvendar as fases mais complexas do conhecimento e, conseqüentemente, os habilitará intelectualmente. E como afirma Charlot (2002, p.96) "Se o aluno não fizer o trabalho intelectual, não vai aprender, vai fracassar" e o professor fracassará juntamente com o seu aluno. Começar pela gramática ou pela escrita, é tornar a jornada do aprender mais difícil para os discentes.

Repensando os PCNs e o trabalho com a oralidade

Os PCNs comentam que o professor deve levar o aluno a tornar-se um cidadão crítico. Mas para isso, o aluno precisará ser um participante ativo das atividades sociais, e isso só será possível se ele possuir competências lingüísticas para suprir suas necessidades de comunicação. Diante desse contexto, é que surge a necessidade do ensino da oralidade. Há tempos percebe-se que o papel central da escola sempre tem sido ensinar a escrita. Com certeza muitos questionariam por que ensinar a falar, alguém que já domina a fala. Será que sim? Em que contextos sociais, podemos afirmar que os alunos têm competências para atuar? Além disso, como afirma Marcuschi (2002, p.24) " a intenção desse estudo não é bem ensinar a falar mas sim identificar a imensa riqueza e variedade de usos da língua, desde o mais coloquial até o mais formal. É de suma importância para o aluno saber distinguir as várias maneiras de se dirigir ao interlocutor, considerando vários aspectos como: idade, posição social, polidez, tratamento interpessoal, as relações interculturais e muitos outros aspectos que podem ser observados na própria sala de aula. Vale ressaltar que o estudo da oralidade mantém relações com a escrita, influenciando nas diversas fases da aquisição desta".

Vejam mais algumas afirmações de Marcuschi (2002, p.25) quanto ao ensino da oralidade em sala de aula:

O trabalho com a oralidade pode, ainda, ressaltar a contribuição da fala na formação cultural e na preservação de tradições não escritas que persistem mesmo em culturas em que a escrita já entrou de forma

decisiva. Veja-se o caso tão ilustrativo dos contos populares ainda tão vivos em nosso povo não só no interior, mas também em áreas urbanas.

No Ceará, temos a figura do tão estimado Patativa do Assaré e seus poemas orais. Portanto, não é somente através da escrita que o aluno se tornará competente para agir socialmente, ele precisará também saber se comunicar oralmente.

Fatores que influenciam na Formação do Professor

Considera-se séria a questão do profissional de Língua Portuguesa no ensino Fundamental I, pois é o período mais importante na formação do aluno e é onde se encontram mais professores despreparados. O estado, através das universidades públicas e particulares, tem tentado solucionar esse problema, mas existem outros fatores que também são necessários à formação de um professor, além daqueles em que sua inexistência atuam de forma negativa.

Um dos fatores negativos é a falta de uma política pública de valorização do trabalho do professor, ou seja, a figura do professor reduzida à tarefa de dar aulas, repassando pontos, para depois cobrar no dia da prova, sem tempo para ler, para estudar e pesquisar e isso, conseqüentemente, ocasionará problemas de identidade profissional. A perda dessa auto-estima colabora para uma prática desmotivadora e tradicional. Outro fator que influencia negativamente na formação do professor é o sócio-econômico.

As questões salariais entram em conflito com a formação continuada, pela falta de poder aquisitivo para continuar a estudar, comprar livros, etc. Cunha (2000) aborda bem esse fator quando diz que "os professores são frutos da realidade cotidiana da escola", que não se preocupa com a boa formação de seus docentes. É onde entra em cena a questão da identidade, da auto-estima e do desestímulo pela educação. Finalmente, não poderíamos deixar de comentar, a Formação Inicial dos professores que compõem o quadro de profissionais das séries iniciais. Eles geralmente são pedagogos e a maioria dos cursos de Pedagogia oferecem poucas disciplinas de Português em seu currículo. Citaremos por exemplo o curso de Pedagogia da Universidade estadual do Ceará, que possui apenas duas disciplinas - Produção Textual I e Ensino da língua Portuguesa. A primeira trabalha vagamente a escrita e a segunda ensina as metodologias de ensino da língua portuguesa. Questiona-se então: Como desenvolver metodologias sem conhecer a língua, seu uso, suas formas e estruturas, uma vez que é a ferramenta principal desse ensino? É possível entender equações matemáticas sem saber as quatro operações? Pode ser, mas é difícil e é por isso que o português é difícil para os alunos.

Para o professor de português, a linguagem desempenha um papel decisivo na construção do conhecimento, é o eixo articulador que permeia a interação entre todos os atores do processo educativo. Mas há a necessidade de conscientização e preparação, principalmente, para as séries do Fundamental I. Muitos docentes ainda pensam que ensinar português é somente ensinar gramática. A falta desse conhecimento lingüístico tem gerado encaminhamentos inadequados de alunos, causando danos irreparáveis a muitas crianças no futuro, a que poderão ser excluídos socialmente, por não saberem utilizar a língua em diferentes contextos sociais, seja de fala ou escrita.

A Inclusão Social, a linguagem e a Formação do Professor de LP

Atualmente, se fala muito em Inclusão Social e não podemos nos permitir ser professor de português sem ser facilitador da própria língua. Conforme Mittler (2003, p.25) "o objetivo da Inclusão Social é mudar o que está em geral disponível através da reforma da organização e do currículo das escolas e do sistema educacional como um todo para responder a uma ampla gama de necessidades". Porém, sabe-se que a maioria das escolas e seus profissionais não se

encontram preparados para a execução desse processo, mas mesmo assim, resolvem fazer tentativas. Quando se fala de Inclusão Social como processo, não significa aprender técnicas e implantar na escola. Fazer Inclusão Social representa de fato uma mudança na mente e nos valores para a escola e para a sociedade como um todo. Sabe-se que a escola, desde épocas mais remotas, foi criada para a elite e até hoje é a elite quem mais se beneficia dos conhecimentos apresentados pela escola.

Nossa sociedade ainda está repleta de desigualdades e isso reflete no sistema educacional. Por isso é tão difícil para o jovem da escola pública chegar à Universidade. Segundo Mittler (2003, p.32) "as crianças e jovens que vivem na pobreza, são consideradas "especiais" porque o sistema educacional até então não foi capaz de responder às suas necessidades". Por isso, deveríamos nos perguntar, como educadores, se a linguagem que estamos usando para essas crianças e esses jovens fortalece ou enfraquece nossos objetivos. Há a necessidade de refletir o mundo em que vivem essas crianças, a linguagem que elas utilizam e aquela que precisam aprender. Todo processo educativo exige linguagem significativa, aprendizagem adequada, conhecimentos teóricos sobre o assunto, organização e estar ciente dos objetivos a serem alcançados, para que os estudantes se sintam seguros, possam se desenvolver e não deixem de participar.

O grande problema de algumas escolas é não construir, apenas cumprir programas pré-determinados. Ela chega ao fim, volta e ninguém pensa em refletir sobre a ação efetuada, os objetivos alcançados. Esse e tantos outros problemas já citados, terminam sempre de encontro à formação do professor. Ainda são muitos professores em sala de aula sem formação nenhuma; se formados, não tiveram uma boa formação inicial ou são acomodados para não terem mais trabalho; outros ainda, querem aprender, mas não têm oportunidade; outros refugam mudanças. Semeghini (1998) diz que se o objetivo for realmente investir nas potencialidades do aluno, é necessário reinventar a formação do professor. Sendo assim, a formação do professor que trabalhará com a linguagem, deverá ser reinventada constantemente porque a língua é dinâmica, mas para isso é necessário muitos conhecimentos por parte do professor para entender o que poderá motivar uma criança a querer aprender a usar a própria língua. Ora, as crianças vivem as inovações e as mudanças do momento. O pensamento delas é concreto, real e para tudo há um significado. Por isso, a escola conteudista, ou seja, tradicional, parece ser, para elas, um local desmotivador, pouco significativo e sem graça.

O professor é um intelectual em processo contínuo de formação, logo não deveria reproduzir apenas o conhecimento, poderia através da reflexão, fazer do seu trabalho em sala de aula, um espaço de transformação. É na ação refletida e no redimensionamento da sua prática que o professor pode ser agente de mudanças na escola e na sociedade. Nessa perspectiva, a formação docente faz-se pelo trabalho, pela análise sobre a prática pedagógica e pela reconstrução permanente da identidade pessoal e profissional. A reflexão vincula-se à atitude crítica e está ligada à emancipação humana, extrapolando os limites estritamente técnicos dos problemas que surgem na sala de aula. Lucena afirma que a reflexão não é um trabalho individual, pressupõe relações sociais, não é neutra, serve a interesses humanos, sociais, culturais e políticos, não é um processo puramente criativo na construção de novas idéias; é uma prática que expressa nosso poder para reconstruir a vida social em que estamos inseridos, é o modo de conectar o conhecimento e as ações nas situações práticas. Na língua portuguesa, isso seria a conexão entre a língua e seu uso, em situações sociais reais de interação.

Diante dessa perspectiva seria bom refletir um pouco sobre o que é ser professor e principalmente, professor de Língua Portuguesa de séries iniciais, onde predomina, essencialmente, o ensino da língua que o aluno fala e de que precisa para se comunicar, para ler descobrindo o novo, para fazer registros de suas descobertas e interagir

com o mundo. Concordo com Lima (1995) quando ela diz que "ser professor requer que aprendamos a ser aprendizes desse tempo, desses alunos, para juntos descobrirmos as necessárias mediações da nossa prática. Entendendo a educação como um processo dialético, que ocorre no próprio movimento de mudanças sociais, ao exercer sua profissão, o professor realiza uma prática social, política e educativa."

Se o mundo mudou, a tecnologia se desenvolveu para facilitar o trabalho, mais se exige do trabalhador, e, em decorrência disso, mais necessidade há de ampliação de sua escolaridade. Diante desse novo mundo, desses novos alunos, dessa nossa sociedade cheia de desigualdades, uma vez que se vive num espaço tão preenchido pela Globalização, e onde existe a aquisição de tantas informações interessantes com rapidez e facilidade, nada mais óbvio do que um novo professor e uma nova pedagogia para essa nova sala de aula. Essa nova pedagogia exige que o professor seja muito mais do que um mero animador, competente para expor, cativando a atenção do aluno. Ele precisará adquirir a necessária competência para, com base nas leituras da realidade e no conhecimento dos saberes tácitos e experiências dos alunos, selecionar conteúdos, organizar situações de aprendizagem em que as interações entre aluno e conhecimento se estabeleçam de modo a desenvolver capacidades no uso da oralidade, na leitura e interpretação do texto e da realidade, na comunicação, na análise, na síntese, na crítica, na criação, no trabalho em equipe, e assim por diante. Enfim, ele deverá promover situações para que seus alunos transitem do senso comum para o comportamento científico. Porém, todo esse trabalho só será possível mediante uma formação qualificada do professor e não essa formação aligeirada e de baixo custo, em espaço não universitário, que está, atualmente, sendo feita dentro do estado. Portanto, como afirma Charlot apud Pimenta (2002, p.96) "o trabalho do professor não é ensinar, é fazer o aluno aprender, é permitir ao aluno aprender".

A Língua Portuguesa e o lugar da oralidade

Conforme Antunes (2003, p.22), "os conteúdos de língua portuguesa devem se articular em torno de dois grande eixos: o do uso da língua oral e escrita e o da reflexão acerca desses usos". Vejamos um exemplo de posição oficial a respeito do lugar da oralidade no ensino da língua - passagem dos PCN (1997, p.12), item 1.4.2. Que fala cabe a escola ensinar?:

A Língua Portuguesa, no Brasil, possui muitas variedades dialetais. Identificam-se geográfica e socialmente as pessoas pela forma como falam. Mas há muitos preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes modos de falar: é muito comum se considerarem as variedades lingüísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas. O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma "certa" de falar - a que se parece com a escrita - e o de que a escrita é o espelho da fala - e, sendo assim, seria preciso 'consertar' a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a forma de falar do aluno, tratando sua comunidade como se fosse formada por incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em um momento histórico.

Esse tipo de visão dos PCN já é um bom começo e pode ajudar na elaboração de novos materiais de ensino que valorizem mais o ensino da oralidade. A formação do professor de

língua portuguesa voltada para o ensino da oralidade ainda é um desafio mas como afirma Marcuschi *apud* Antunes (2003, p.24), a fala e suas necessidades estão ligadas à vida de todo ser humano e por isso precisa ser matéria de sala de aula. A autora também adverte que é um equívoco se pensar que a fala seja o lugar onde acontecem os erros gramaticais, afinal a fala não é sempre coloquial, ela irá variar de acordo com as situações sociais formais ou não de interação. Acrescenta ainda que a não valorização do estudo dessa modalidade deixará de proporcionar ao aluno uma abordagem em relação aos gêneros da comunicação pública, além do ensino e uso da língua que atenda a certas convenções sociais exigidas pelas situações do falar em público. Através da oralidade, o aluno terá oportunidade de aprender a utilizar a língua sob vários aspectos e aplicabilidades, por isso, o profissional de língua portuguesa deverá estar preparado para capacitar o aluno para o, exercício fluente, adequado e relevante da linguagem verbal, oral e escrita.

Considerações Finais

A grande preocupação das escolas ainda continua sendo o ensino da escrita. O preconceito em relação à fala ainda existe e para muitas pessoas é nela que se encontram muitos erros de português. Nas séries Fundamental I, a preocupação ainda maior continua sendo o repasse de conteúdos pouco significativos. Mesmo que nos PCNs se comente sobre o desenvolvimento da oralidade do aluno, pouco se faz dentro da sala de aula sobre o assunto. Hoje, diante dos estudos realizados sobre a oralidade, constatou-se que nós possuímos uma grande variação lingüística e muitas dessas variações se encontram na fala. Essa descoberta fez com que os estudos sobre a oralidade avançassem e se tornassem também necessários para o desenvolvimento e conhecimento da língua, em suas diversas situações de uso.

A fala também precisa ser ensinada porque não falamos da mesma forma em todas as situações em que nos encontramos dentro da sociedade, e o nosso aluno precisa saber disso. Sabe-se que as crianças de escolas públicas chegam a escola com um linguajar característico da comunidade em que vivem. Essa fala entra em choque com a linguagem padrão apresentada pela a escola. É um salto muito grande, para o aluno que vive em um ambiente pouco letrado, deparar-se com a fala padrão encontrada na escola, muito distante de sua realidade. Ele precisa ser preparado para esse outro tipo de fala. Isso incita muita prática e envolvimento em situações de uso real da língua e os objetivos para o ensino deverão ser bem definidos para que o aluno possa entender por que precisa adquirir essas novas falas, caso contrário, ele desiste de aprender por achar que elas são difíceis ou não vão servir de nada para eles.

Diante dessas dificuldades, fica evidente a necessidade de rever a formação dos professores de Língua Portuguesa, principalmente os que irão lidar com as séries iniciais, tendo em vista as constantes mudanças e variações sofridas pela língua. Num mundo em que tudo muda e se transforma em questão de segundos, um professor de língua portuguesa deverá ter competências para ensinar a língua de forma que tudo gire em torno da ampliação das competências comunicativas interacionais dos alunos para que eles venham a adquirir competências para a cidadania. É urgente as razões de um ensino de língua portuguesa mais útil e significativo pois sabe-se que muito da incompetência dos alunos relaciona-se ao uso inadequado da língua diante das diversas situações e necessidades sociais. Além disso, as diferenças entre as classes sociais e a reprodução da força de trabalho aumentam em decorrência da grande quantidade de alunos que saem das escolas sem capacidade para

enfrentar um mercado de trabalho mais qualificado e intelectual. Daí tornar-se então, mais um à margem da sociedade.

Antunes (20003, p.36,37) completa esse pensamento afirmando o seguinte:

Sabemos que a educação escolar é um processo social, com nítida e incontestável função política, com desdobramentos sérios e decisivos para o desenvolvimento global das pessoas e da sociedade. Sentimos na pele que não dá mais para "tolerar" uma escola que, por vezes, nem sequer alfabetiza (principalmente os mais pobres) ou que, alfabetizando, não forma leitores nem pessoas capazes de expressar-se por escrito, coerente e relevantemente, para, assumindo a palavra, serem autores, de uma nova ordem das coisas. É, pois, um ato de cidadania, de civilidade da maior pertinência, o desafio de rever e de reorientar a nossa prática de ensino da língua.

A escolha por essa mudança ser em séries iniciais tem um motivo e Vasconcellos (1998) explica isso: "Quando tentamos mudar tudo de uma vez, corremos o risco de comprometer toda a prática, em função da desorientação e/ou resistência que isto provoca. Devemos considerar que há todo um enraizamento histórico nos sujeitos. A prática tem indicado que é preciso começar uma mudança mais radical a partir da base, das séries iniciais, onde há maior plasticidade pedagógica, em função da menor pressão social e da possibilidade de maior convivência do professor com os alunos; não há tanto condicionamento, seja por parte de pais, alunos ou professores, equipe escolar ou comunidade".

Outra questão diz respeito à Formação Inicial dos profissionais que atuarão nas séries do Ensino Fundamental I. Fica a proposta de um trabalho de ação e prática desses profissionais junto à comunidades carentes para que eles conheçam a realidade e a linguagem que utilizam essas crianças e através disso rever sua prática e desenvolver Projetos que viabilizem um ensino mais adequado e possibilitem a essas crianças ingressar, através da língua, seja ela oral ou escrita, em diversos meios sociais.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Irandé. *Aula de Português: encontro e interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

CUNHA, Maria Isabel, *O Bom Professor e sua Prática*, editora Papyrus, ano 2000, Campinas, São Paulo.

LIBÂNIO, José Carlos, *Adeus Professor, Adeus Professora?*, editora Cortez, 1999, São Paulo.

LIMA, Maria Socorro Lucena. *O Estágio Supervisionado como elemento mediador entre a formação inicial do professor e a educação continuada*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza Ce, Faculdade de educação, UFC, 1995.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *O livro didático de português: múltiplos olhares*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MITTLER, Peter. *Educação Inclusiva: Contextos Sociais*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PIMENTA, Selma Garrido, O estágio na Formação de Professores, editora Cortez, 1995, São Paulo.

PIMENTA, Selma Garrido e GHEDIN, Evandro. *Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. São Paulo: Cortez, 2002.

RIOS, Terezinha Azerêdo. *Ética e Competência*. São Paulo, Cortez - 1993.

SEMEGHINI, I (1998). *O peso das práticas educativas de gramática, redação e leitura para alunos do primeiro grau em Português: um estudo exploratório a partir da década de 50*. II Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Anais. São Paulo: FEUSP

SAVIANI, Pedro e GEORGEN, Pedro - *Formação de Professores* – Editora Autores Associados - 1998.

VASCONCELLOS, Celso dos S. - *Resgate do Professor como sujeito de Transformação Libertad - centro de Formação e Associação Pedagógica* - ed. Loyola - São Paulo - 1998.